

Antes de começar:

1. A Igreja começou por se ordenar, não por se institucionalizar. A referência era Jesus; mas havia consciência de que nascia uma *ecclesia* (reunião) de seguidores de Jesus; por isso chegaram logo os *presbiteroi* (1Tm 5,1), os *diakonoi* (Fl 1,2) e os *episcopoi* (Fil 1,1), ...

2. Depois a Salvação. Esta foi e é ainda a grande questão dos cristãos. Com o andar dos tempos tornava-se muito difícil a salvação do cristão, tinha o cristão muitas coisas a fazer: ele era a missa, o confessar-se ao menos uma vez por ano, comungar depois, o jejum e a abstinência, rezar (de manhã até ao deitar), andar peregrinações e cumprir promessas..., e esmolas aos pobres.

3. É verdade que a Igreja sempre cuidou dos doentes e dos pobres. Mas nunca foi capaz de ir às causas. Foi só em 1891 que o Papa Leão XIII disse assim: "a miséria imerecida ... dos homens das classes inferiores, ... que estavam na sua maior parte em situação de infortúnio" e a viver "um jugo quase servil ... é preciso que, com medidas prontas e eficazes, se corra em seu auxílio" (RN 1).

Esta afirmação de Leão XIII levaria ao método da Revisão de Vida (ver, julgar e agir) criado no seio da pastoral operária, assumido depois pela Acção Católica em geral, e que o Vaticano II consagraria desde logo como método teológico e pastoral, ao afirmar que "as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje são as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos discípulos de Cristo" (GS 1).

O cristão tem de "descobrir as causas da miséria, encontrar os meios de a combater e vencê-la resolutamente" (Paulo VI, 1967, PP 75).

As origens da Questão Social e da Doutrina Social da Igreja

A Revolução Industrial, surgida entre 1820 e 1840, havia originado o aparecimento de um mundo novo. Mas a Igreja só tarde o percebeu. E com o movimento operário dele surgido aumentaram as dificuldades.

A classe operária, tal como a indústria, nascera à margem da Igreja. Os operários, em geral camponeses de origem (logo cristãos), emigrados para as cidades, sem qualquer tipo de direito ou de protecção, foram logo esmagados pela estrutura da grande indústria... não havia leis nem regras, o patrão expulsava se o operário batia o pé, e à porta da fábrica já estavam muitos a querer entrar... E o Estado dizia que não tinha nada a ver com o assunto

Espanta-nos hoje que em 1841 um padre francês pudesse ter escrito isto: "A desigual repartição das riquezas é necessária para manter a felicidade sobre a Terra: o pobre trabalha para o rico, o rico assiste o pobre, e a harmonia social resulta desta diferença dos seus membros, tal como a do órgão da desigual grossura dos seus tubos".

A sociedade industrial dividia-se digamos que em duas barricadas: dum lado a dos proprietários das empresas (diziam-se os capitalistas, os que tinham o capital e o investiam dessa maneira), do outro a dos que apenas possuíam a sua força de trabalho (e não encontravam onde empregá-la ou então tinham de vendê-la por qualquer preço e em condições para nós hoje abjectas e impensáveis). Isto originava como que duas humanidades diferentes: dum lado o capitalismo, industrial e financeiro, feroz e selvagem, posso, quero e mando, se não queres vai-te embora que há muitos a quererem entrar; do outro uma enorme massa assalariada, o proletariado, que tinha de acomodar-se ao primeiro trabalho que encontrasse, fosse o salário que fosse, 18 horas por dia, 7 dias por semana, e alguns poucos anos por vida, sem direitos nem segurança, sem qualquer protecção legal, sem futuro. Entre estes dois grupos, a separação era absoluta, e não só no interior das fábricas. A parte mais fraca, a dos trabalhadores, não tinha acesso à instrução, não participava na vida política, não tinha condições de saúde, não se lhe fazia justiça no salário, não tinha habitação condigna, não tinha direitos nem protecção legal...

Os interesses de uns e de outros eram absolutamente inconciliáveis. Aos patrões interessava manter os salários tão baixos quanto possível, enquanto que os trabalhadores pura e simplesmente tinham perdido toda a dignidade humana, oprimidos por uma "miséria imerecida" (Leão XIII). Restava-lhes como escape a taberna e o prostíbulo.

E os salários eram tanto mais baixos quanto maior a massa dos que se aglomeravam à porta das fábricas, desempregados, a tentar vender, a qualquer preço, a sua força de trabalho. A pauperização tornou-se assim um dos grandes fenómenos do século XIX.

Foi aqui que começou a levantar-se um sonho: a palavra Socialismo serviu para o dizer. O cristianismo era incapaz - pensava-se - de obstar a este estado de coisas. O socialismo utópico, o humanismo ateu e o socialismo científico construíram entretanto o mito da sociedade socialista de dimensão universal, destruídas as classes e implantada a ditadura do proletariado.

É verdade que por toda a parte a Igreja multiplicava obras de caridade para socorrer os novos pobres que eram os proletários do capitalismo (um nome célebre desta época é Ozanam [1813-1853], recentemente beatificado, que, inspirado em Monsieur Vincent, depois S. Vicente de Paulo, criou as Conferências que levam o seu nome). Faltava-lhe no entanto imaginar a novidade, ir à raiz do mal e saltar as barreiras paralisantes de uma moral estritamente individualista.

Tentativas houve-as, mas tímidas: seria possível conciliar, tal como fizera Lamennais (1792-1854) relativamente ao Liberalismo, a Revolução, agora industrial, com as exigências da Justiça e da Caridade, ou o progresso industrial e económico era mesmo contrário, antagónico, ao Evangelho? Chegou-se a pensar que não: que Evangelho e progresso eram inimigos.

Tudo somado, o catolicismo social dos anos 70 do século XIX não passou do esforço de um punhado de homens pertencentes à classe dirigente, de audiência limitada junto dos operários. As Corporações e os Círculos Católicos de Operários foram já uma tentativa de encontro da classe dirigente com os operários e proletários. No entanto, se bem que tenham conseguido resultados notáveis, o espírito paternalista destas iniciativas, mais que preparar o operário para a Luta a travar e a vencer, funcionava como uma espécie de travão, o que não raro conduzia a que se entregasse ao diabo a Justiça e a Verdade. A verdade, porém, é que "Uma andorinha fez a primavera".

No fim do século XIX, o Papa Leão XIII (1878/1903), teve a capacidade de clamar que a Igreja não podia continuar calada perante tanta injustiça, iniciando a aproximação da Igreja a todas as "Novas Realidades" (*Rerum Novarum*, encíclica de 1891) daquele então Mundo Moderno, levando a sério o mundo do trabalho e as concepções económicas vigentes ao seu tempo. Só que utilizou palavras que muitos disseram ser heréticas: trabalho e capital, patrão e assalariado, a terra dada a todos, salário justo, conflito social, direitos e deveres, direito de associação, indivíduo e bem comum, a Pessoa como sujeito de direitos inalienáveis, o Estado, que é posterior ao homem, não pode negar-lhe os direitos que derivam da natureza humana...

Mas, com esta intervenção, Leão XIII arranjou-a boa! E não faltou na Igreja, quem, com bispos à frente e tudo, rezasse pela conversão do papa. Que estava maluco e velho!

Depois de Leão XIII

A encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII teve tal importância dentro e fora da Igreja Católica que rapidamente se transformou numa referência quase mítica, apesar - repito - das discordâncias que suscitou no seu interior.

Assim, ao passarem os 40 anos da *Rerum Novarum*, Pio XI publicaria a encíclica *Quadragesimo anno* (1931) a dar um passo em frente; o mesmo no cinquentenário (1951): Pio XII leria aos microfones do Vaticano uma célebre Radiomensagem (*A solenidade do Pentecostes*); nos 70 anos, João XXIII publicaria a encíclica *Mater et magistral* (1961); nos 80, Paulo VI endereçaria ao presidente do Conselho de Leigos e da Comissão Justiça e Paz, uma Carta célebre, a *Octogesima Adveniens* (1971); no 90º aniversário (João Paulo II publicaria a encíclica *Laborem exercens* (1981), e no centenário a *Centesimus annus* (1991).

Entre estes documentos comemorativos, digo assim, apareceriam outros entretanto. Para citar apenas alguns mais importantes: a encíclica *Pacem in terris* de João XXIII (1963), a Constituição *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Moderno, do Concílio Vaticano

II (1965), as encíclicas *Populorum progressio* de Paulo VI (1967), e a *Sollicitudo rei socialis* de João Paulo II (1987), para além de vários outros (é preciso mesmo não esquecer os que Pio XII dedicaria aos temas da Guerra - a 2ª Mundial que corria no seu tempo - e da Democracia).

Dizendo doutro modo, a Revolução Industrial provocava e continua ainda a provocar uma tal transformação de tudo, a nível antropológico, civilizacional, social, cultural, económico, político e etc, que as suas consequências não paravam de se verificar. Palavras e problemas que os nossos avós desconheciam de todo - democracia ou totalitarismo, socialização e globalização, telemóvel e computador, ecologia ou reforma agrária, clonagem ou nuclear, etc, etc, logo ultrapassaram a primitiva e praticamente única questão que motivou a encíclica de Leão XIII, os conflitos entre trabalho e capital, entre patrões e assalariados, entre o Poder e o Não Ter. Por isso, pouco a pouco, a reflexão do magistério católico foi assumindo todos os novos problemas, e alargando cada vez mais o campo restrito da primeira encíclica.

A par, começou a desenhar-se uma nova postura da Igreja perante todas estas realidades. Antigamente, na Igreja, havia princípios julgados imutáveis e eternos com que se julgavam as novas realidades. Claro que os julgamentos não eram ajustados nem correctos, porque as realidades já não cabiam neles ou eram doutra galáxia.

Pouco a pouco, porém, começou a perceber-se que, primeiro, havia que analisar a realidade, percebê-la bem, deitando mesmo mão de ciências auxiliares que, à partida, se pensava não tinham nada a ver com a Teologia nem mesmo com o Direito ou a Moral.

De seguida, era necessário ler essas realidades à luz do Evangelho. Claro que ele não fala nem de sindicatos nem de globalização. Mas há valores evangélicos universais (hoje, de resto, alguns já admitidos nas legislações universais e nacionais) — o princípio da subsidiariedade, por exemplo — sem os quais não nos entendemos; por exemplo: que não há homens mais homens que outros homens (Leão XIII dissera da primazia da Pessoa sobre todas as coisas e realidades, quaisquer que sejam). Finalmente, depois de analisar a situação e de a julgar à luz do Evangelho, o agir (que é preciso ou se pode fazer?).

Nascia assim o célebre método da Revisão de Vida (ver, julgar e agir) criado no seio do mundo operário católico, assumido depois pela Acção Católica em geral, e que o Vaticano II consagraria como método teológico e pastoral, ao afirmar que "as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje são as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos discípulos de Cristo" (LG 1).

Pouco a pouco se foi, pois, edificando um acervo de reflexão sobre a questão social - a DSI - nascida claramente com o método da Revisão de Vida: à medida que os problemas e questões iam aparecendo, era preciso vê-los, depois julgá-los, e finalmente traçar planos de intervenção e intervir.

A eleição de João XXIII para a cadeira papal de Roma foi uma emoção que correu a Igreja e o Mundo.

Eleito em 1958, João XXIII publicaria em 1961 a célebre encíclica *Mater et Magistra*, nos 70 anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII.

Resumindo os ensinamentos dos seus antecessores, introduziu nesta reflexão novos conceitos: o do Bem Comum ("o conjunto das condições sociais que permitem e favorecem o desenvolvimento integral da personalidade humana") alargado a todas as nações, o da socialização (suas vantagens e inconvenientes, mas sempre um meio importante para o desenvolvimento da pessoa), o da justa distribuição do produto social, e o da participação dos trabalhadores na vida das empresas. Ao mesmo tempo denunciou as grandes desigualdades (entre ricos e pobres, entre o mundo rural e urbano, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos) e condenou o neocolonialismo.

Seria, entretanto, a *Pacem in Terris* (1963) a sua coroa de glória.

O mundo a que João XXIII se dirigiu nesta encíclica encontrava-se em profunda desordem. O séc. XX começara com altos níveis de expectativa mas, na década de 60, a humanidade vivera já duas guerras mundiais e enfrentara vários e devastadores sistemas políticos totalitários. Para além disso, dois anos antes da encíclica, tinha sido levantado o muro de Berlim, a separar dois mundos antagónicos, regidos por regras e sistemas de vida contrários que, parecia, haviam de durar para sempre. Seis meses antes, pairara mesmo no globo o terror de uma guerra nuclear com a crise dos mísseis em Cuba.

João XXIII não estava de acordo com os que propalavam a impossibilidade da paz. Espírito clarividente, disse então ser prioritário tratar com cuidado dos quatro "pilares da paz": a verdade, a justiça, o amor e a liberdade. Mais: olhando os tempos que se viviam, percebeu que havia neles dinamismos profundos já presentes na história, a que chamou sinais dos tempos.

O fim do colonialismo, o nascimento de novos países, a defesa mais eficaz dos trabalhadores, a presença incipiente das mulheres na vida pública, a cada vez maior consciência de que "todos os seres humanos são iguais entre si por dignidade de natureza", davam-lhe a certeza de que tudo isso teria consequências profundas a nível político, nacional e internacional.

A par disso, João XXIII aprofundaria o conceito de "bem comum", já várias vezes referido no magistério papal. Vale a pena recordar:

"Todo o cidadão e todos os grupos intermediários devem contribuir para o bem comum. Disto se segue, antes de mais nada, que devem ajustar os interesses próprios às necessidades dos outros, empregando bens e serviços na direcção indicada pelos governantes, dentro das normas da justiça e na devida forma e limites de competência. Quer isto dizer que os respectivos actos da autoridade civil não só devem ser formalmente perfeitos, mas também de conteúdo tal que de facto representem o bem comum ou a ele possam encaminhar" (53).

O Papa João XXIII estendeu assim à dimensão universal este conceito de bem comum. Referiu-se por isso com grande esperança à ONU, criada em 1945, no fim da guerra, dizendo-a "um passo importante no caminho para a organização jurídico-política da comunidade internacional", manifestando particular apreço pela sua Declaração Universal dos Direitos do Homem, em que estavam fixados os fundamentos morais de um mundo caracterizado pelo diálogo e não pela força, pela ordem e não pela desordem.

A mudança de atitude da Igreja para com o Mundo, acontecida sobretudo no e com o Vaticano II, daria de seguida frutos no tempo de Paulo VI e no de João Paulo II.

Paulo VI publicaria a carta *Octogesima Adveniens* (nos oitenta anos depois da *Rerum Novarum*) e uma importante Encíclica, *Populorum Progressio*, em 1967, na qual ele diz que a questão social deixara de ser um problema interno a cada nação para se tornar num problema universal.

Com João Paulo II que, em 1979, chegara do Leste comunista, a DSI começou a ser considerada como uma parte da Teologia Moral católica. Alguns viram nela apenas e só mais uma ideologia. João Paulo II responderia:

"A doutrina social da Igreja não é uma terceira via entre capitalismo e colectivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas, mas constitui por si mesma uma categoria. Não é tão pouco uma ideologia, mas a formulação cuidada dos resultados da reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. O seu objectivo principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensino do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente para consequentemente orientar a conduta cristã. Pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral" (*Sollicitudo Rei Socialis*, 1987).

A muitos outros problemas a DSI começou a tentar responder. A um deles, João Paulo II se referiu já em 1987 (*Sollicitudo Rei Socialis*):

"entre os sinais positivos do tempo presente é preciso registar, ainda, uma maior consciência dos limites dos recursos disponíveis e da necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza e de os ter em conta na programação do desenvolvimento, em vez de os sacrificar a certas concepções demagógicas do mesmo. É, afinal, aquilo a que se chama hoje preocupação ecológica" (26)

Quem me diria, em 1987, eu tinha já sido ordenado presbítero há 20 anos atrás, em minha vida, um Papa — Francisco — pegaria nesta questão (sobretudo na Encíclica *Louvado sejas*, de 2015), de mão dada com o Patriarca Bartolomeu:

"Hoje não podemos deixar de reconhecer que *uma verdadeira abordagem ecológica se torna uma abordagem social*, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir *tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres*" (49) – isto escreveu o Papa Francisco.

"Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da Terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a Terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar..., tudo isso é pecado". Porque "um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus" — isto escreveu o Patriarca Bartolomeu.

Acabei, para hoje já chega.

Tudo isto na procura da verdade de uma coisa que deixou dita Santo Ireneu de Lyon, um homem que viveu no séc II: "Gloria Dei Homo vivens" (a maior glória de Deus é o Homem vivo).

Arlindo de Magalhães
Padrão da Léga 2018.01.09